
NOTA TÉCNICA SUPOF/SEFAZ-RJ 06/2012

DATA: 29/03/2012

ASSUNTO: Metodologias e premissas das Receitas da LDO 2013

I. Objetivo: Evidenciar as metodologia e premissas adotadas nas estimativas das receitas da UO 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

II. Referencial legal: O Decreto nº 43.508, de 06 de março de 2012, dispõe sobre a elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2012 (PLDO 2013). Esta nota visa cumprir com o seu artigo 3º, que determina que as estimativas das receitas tributárias, das provenientes de transferências constitucionais e legais da União, dos royalties e participação especial do petróleo e gás natural, das operações de crédito e das demais receitas do Tesouro para os exercícios de 2013, 2014 e 2015 sejam elaboradas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

III. Metodologia empregada: foram utilizados como base das projeções de receita os seguintes parâmetros a saber: inflação média determinada na nova revisão do contrato de refinanciamento da dívida no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal (PAF), elaborados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; projeção de crescimento do PIB do relatório FOCUS (Banco Central) do dia 23/03/2012.

De forma geral, duas referências principais foram utilizadas para estimar as diversas rubricas de receita para o triênio 2013-2015, a saber:

- extrapolação de tendências para valores ajustados serviram como base para aplicação dos indicadores e indexadores econômicos;
- tratamentos diferenciados foram aplicados às peculiaridades de cada receita.

As taxas tomadas como base pelo Banco Central para o cálculo mínimo do PIB entre 2013 e 2015, foram respectivamente de 2,16%, 3,00% e 3,00%, conforme o relatório FOCUS. É importante ressaltar que as expectativas do mercado são modestas neste momento; dada a desaceleração da economia mundial, principalmente nos países centrais. As projeções para

Subsecretaria de Política Fiscal

2012 apontam que a economia brasileira seguirá crescendo de forma suave (3,5%, segundo o Banco Central, e 3%, para o FMI) abaixo da média global (5,2%, de acordo com o FMI).

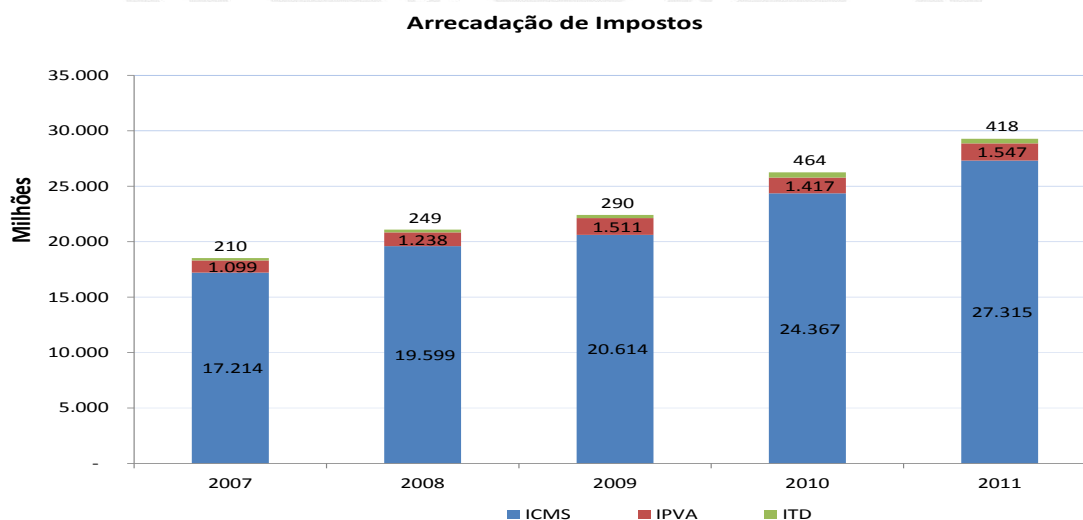
Para a projeção da inflação média foi utilizado o índice de preço IGP-DI adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional no PAF 2012; as estimativas ficaram em 5,62%, 4,50% e 4,50% para 2013, 2014 e 2015 respectivamente. O padrão geral de projeção considerou esta inflação média, além de um crescimento real de 3% ao ano, conforme usualmente acordado no referido programa.

A seguir, são apresentadas, sucintamente, as memórias de cálculo dos valores de cada uma das categorias econômicas de receita do Tesouro do Estado (UO 9999), consolidado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, a partir das informações enviadas pelos diversos órgãos.

Receita Tributária 2013, 2014 e 2015 – R\$ 36,22 bilhões, R\$ 38,66 bilhões e R\$ 36,69 bilhões.

O desempenho da arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado significativo nos últimos cinco anos, ainda que tenha sofrido em 2009 impactos significativos da crise financeira internacional, iniciada no último trimestre de 2008.

A título de ilustração, o gráfico abaixo ilustra a evolução da arrecadação de impostos do Estado, mostrando o incremento observado graças aos esforços da atual administração.



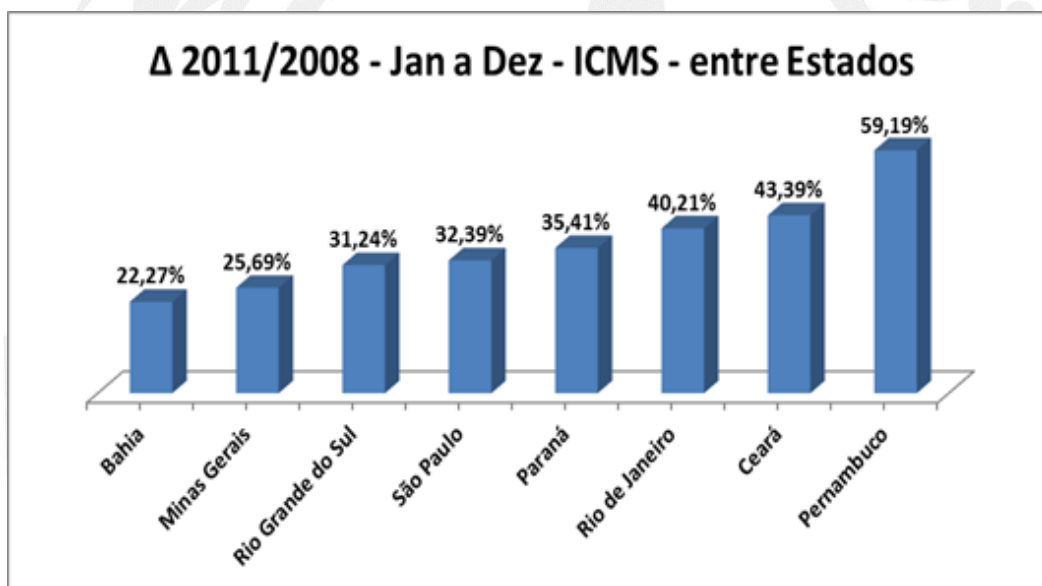
Fonte: SEFAZ-RJ



Subsecretaria de Política Fiscal

A receita destes principais impostos teve crescimento contínuo. Entre 2007 e 2008 estas receitas tiveram acréscimo nominal de 13,8%, entre 2008 e 2009 6,31% e entre 2009 e 2010 17,1%. De 2010 para 2011 houve crescimento de 11,55%. Deve-se ressaltar que a queda de 9,92% no ITD decorre do REFIS, ocorrido em 2010, que acrescentou mais de R\$ 100 milhões à receita daquele ano e tal evento não se repetiu em 2011.

O gráfico abaixo evidencia a evolução da arrecadação do ICMS nos principais estados da federação. Entre 2008 e 2011, o Estado do Rio de Janeiro incrementou a arrecadação do referido tributo em 40,21%, tendo obtido o terceiro melhor desempenho.



Fonte: Secretarias de Fazenda dos Estados

Deve-se ressaltar que a já mencionada expectativa atual aponta para um baixo nível de crescimento da economia nacional neste ano, que serve de base para as projeções de 2013-2015. O ano de 2012 se iniciou em ambiente de incertezas e de obstáculos à recuperação da economia mundial devido à crise internacional de endividamento na zona do Euro. O impacto negativo na economia brasileira ocorreu já a partir de dezembro de 2011, segundo o Banco Central, embora a desaceleração global ainda não tivesse sido inteiramente sentida no Brasil. Espera-se que, ao longo do processo de recuperação do crescimento, juros mais baixos, afetando mais consumo e investimento, e gastos públicos mais altos possam vir a ter papel fundamental na formação do PIB. No entanto, ainda não é possível prever o momento em que isso poderá ocorrer.

Subsecretaria de Política Fiscal

De qualquer forma, as perspectivas para 2012 são positivas, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o ERJ, em parceria com o Governo Federal. Esses investimentos possivelmente irão gerar reflexos significativos no emprego e na renda fluminenses.

Neste contexto, a SEFAZ-RJ projeta que a receita tributária, composta por impostos e taxas, representará entre os anos de 2013 e 2015, respectivamente, 77,39%, 76,86% e 76,01% do total das Receitas Correntes.

A principal fonte de arrecadação, o ICMS, contribuirá com R\$ 29,03, R\$ 31,25 e R\$ 33,63 bilhões, segundo as projeções, as quais tomam por base a receita revisada para 2012, a partir de série histórica da arrecadação dessazonalizada juntamente com estimativas de crescimento da atividade econômica, projeção de inflação média definida pelo Ministério da Fazenda para 2013 de 5,62% e para 2014-2015 de 4,5%, além de um crescimento real de 3,0% para os anos seguintes.

Destaca-se que no ano de 2010 a arrecadação do ICMS apresentou incrementos mensais atípicos em relação ao ano seguinte, decorrentes da conjuntura de aceleração econômica daquele ano. No entanto, o crescimento em 2011 permaneceu em patamar alto, 12,1% em relação a 2010. Cabe ressaltar que em razão da crise internacional com impactos no Brasil a partir de dezembro de 2011, a tendência é que a receita de ICMS não cresça neste mesmo ritmo nos próximos anos. Sendo assim, a projeção adotada foi conservadora.

A metodologia teve como base a Lei Complementar n° 139/2010, que prorrogou o tempo de vigência do Fundo de Combate a Pobreza – FECPP até 31/12/2014 e alterou a alíquota do **adicional ao ICMS** para os próximos anos. Para 2012 a alíquota dos setores de Telecomunicações e Energia Elétrica passou de cinco para quatro pontos percentuais, foi será mantida para 2013 e reduzida para três pontos percentuais em 2014, além da tendência da continuidade de alta nas tarifas destes principais setores.

Para o **IRRF**, com valores estimados foram, respectivamente, de R\$ 2,01, R\$ 2,17, R\$ 3,33 bilhões, o critério adotado foi o de proporcionalidade em relação à folha de pessoal prevista para 2012, 2013 e 2014, além da média do ajuste salarial dos servidores de diversas categorias nos últimos anos.

Subsecretaria de Política Fiscal

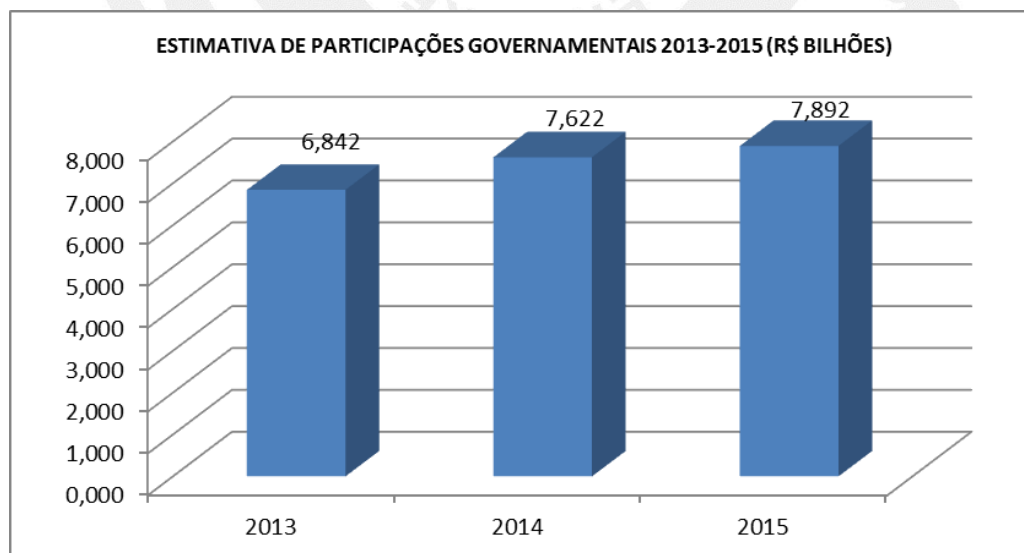
Os valores estimados do **IPVA**, de R\$ 1,83, R\$ 1,97 e R\$ 2,13 bilhão para o triênio 2013-2015, justificam-se pelas expectativas em relação ao preço médio da tabela FIPE e crescimento da frota, que alcançou média de 8% a.a. nos cinco últimos anos (DENATRAN).

Para 2012, as projeções levaram em conta duas tendências: (i) a variação da tabela FIPE em menos 5%; (ii) expectativa de modernização dos sistemas da Secretaria de Fazenda, que entram em funcionamento em 2012 e deverá propiciar maior controle do crédito tributário e efetividade na cobrança deste e dos impostos não pagos de exercícios anteriores e (iii) .

Para o **ITD**, foram projetados R\$485,04 R\$ 522,08 e R\$ 561,94 milhões para 2013, 2014 e 2015 respectivamente. A base de cálculo para as projeções é a estimativa para 2012 R\$ 445,86 milhões. Deve-se ressaltar que está sendo desenvolvido sistema de informática que busca automatizar informações online, o que deverá refletir em aumento de arrecadação para os próximos anos. Atualmente o procedimento de cobrança é feito de forma manual.

Receita Patrimonial projetada para 2013, 2014 e 2015 – R\$ 7,16; R\$ 7,96 e R\$ 8,26 bilhões.

Neste grupo, destaca-se a arrecadação de Royalties do Petróleo e Participações Especiais, que representa 96% da Receita Patrimonial e estão estimados em R\$ 6,84; R\$7,62 e R\$7,89 bilhões respectivamente nos três anos em questão.



Subsecretaria de Política Fiscal

A previsão das Participações Governamentais elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda é fruto da conjugação de três variáveis: dados de produção, valor do barril de petróleo do tipo Brent, e a taxa de câmbio.

As estimativas de produção de petróleo e gás foram fornecidas em janeiro deste ano pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), por meio do Convênio de Cooperação ANP / Estado do RJ nº 01/09 ANP-014.165.

Para o parâmetro câmbio, utilizou-se a cotação de R\$ 1,75/USD, em consonância com as últimas projeções do Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS BACEN). Cabe frisar que não existem previsões de câmbio para o período considerado com nível de confiança satisfatório. Já o preço do barril de petróleo para o triênio foi estimado com base no preço médio dos últimos 36 meses (USD 90,00). Acrescentando a esta hipótese uma inflação mundial em 2% ao ano obtém-se os parâmetros de USD 91,80, USD 93,64 e USD 95,51 para o período de 2013 a 2015.

Como pode ser observado, a projeção destas receitas é crescente no triênio considerado. No entanto é válido frisar que a estimativa de produção em 2015 é levemente menor que a de 2014, porém esta redução é compensada pela valorização do barril de petróleo. Dessa forma as receitas projetadas para 2015 tem um crescimento modesto em relação a 2014.

Ressalta-se que, devido ao comportamento instável das variáveis assumidas, há certo grau de incerteza na estimativa de arrecadação das Participações Governamentais. Um fato que ilustra bem a possibilidade de alteração nas variáveis de produção foi o ocorrido com o Campo de Frade (um dos maiores do Estado do Rio de Janeiro). O acidente na plataforma da empresa petrolífera Chevron, na Bacia de Campos em novembro do ano passado, acabou culminando com a interrupção da exploração em março afetando os valores a serem recebidos de Royalties e Participações Especiais já a partir de maio de 2012.

Por fim, é importante atentar para possíveis alterações na legislação referente à distribuição das Participações Governamentais entre os entes da federação. Uma eventual mudança nos critérios de rateio afetaria diretamente os valores ora apresentados.

Subsecretaria de Política Fiscal

Transferências Correntes – R\$ 2,32, R\$2,45 e R\$2,59 bilhões

Estes valores são compostos da seguinte maneira:

FPE e IPI-EXP.: ambas consideram as projeções de crescimento das receitas da União que compõem este fundo, baseado em projeções da Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (COTEPE). A comissão está vinculada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que leva em conta os respectivos coeficientes de participação de cada unidade da Federação.

A receita de FPE é prevista em R\$ 1,09, R\$ 1,17 e R\$ 1,26 bilhão e para o IPI-EXP R\$871,39, R\$937,93 e R\$1,01 bilhão para 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Os parâmetros de crescimento foram fixados em 8,8% para 2013 e 7,6% para os dois anos seguintes. É importante lembrar que os parâmetros de crescimento econômico foram aplicados sobre a receita projetada para 2012.

CIDE: foram projetadas para os próximos três anos as receitas de R\$84,39 , R\$91,09 e R\$98,05 milhões respectivamente. Para a determinação das projeções foi tomada como base a previsão desta receita para 2012, que sofreu redução em sua revisão no primeiro bimestre por conta da redução das alíquotas específicas da CIDE sobre a gasolina e o diesel (Decreto 7.591/2011). A alíquota da gasolina passou de R\$ 192,60 para R\$ 91,00 por metro cúbico (- 52,75%) e a alíquota do diesel, de R\$ 70,00 para R\$ 47,00 por metro cúbico (- 32,85%). Tais medidas têm efeito desde nov/2011 até jul/2012, mas seus impactos no repasse da CIDE ocorre somente a partir de jan/2012, devido a defasagem de três meses entre a arrecadação da União e o respectivo repasse. As reduções de alíquotas têm efeito até julho de 2012 (fato gerador junho/12). Sobre a receita estimada para 2012 foram aplicados os percentuais de crescimento real estipulados – no caso, 3% para 2013, 2014 e 2015.

Lei Kandir: utilizou-se como base a Lei 12.385, de 03/03/2011, que destinou R\$1,95 bilhão para a rubrica das transferências da LC 87/96. Segundo esta lei complementar, o coeficiente de participação do Estado do Rio de Janeiro é fixado em 5,86503%, sendo 75% dos recursos destinados ao próprio Estado e 25% aos seus municípios. Em outras

Subsecretaria de Política Fiscal

palavras, a série histórica é estática desde 2006, de forma que os valores projetados são invariáveis e se manterão em R\$85,78 milhões nos próximos três anos.

Multas e Juros e Dívida Ativa: os valores projetados para 2013, 2014 e 2015 tomaram como base o total orçado para 2012 a partir de série histórica da arrecadação dessazonalizada. É necessário destacar que os valores previstos para 2012 em diante ainda não refletem os impactos da aprovação das leis estaduais, ambas em 28/12/2011: a Lei 6.136 sobre a remissão das multas e juros de mora e a Lei 61.127 de substituição da UFIR pela SELIC como índice de correção. Isso se deve ao fato da completa incerteza quanto a adesão ao programa.

Demais receitas: os valores projetados para 2013, 2014 e 2015 tomaram como base o total orçado para 2012. Sobre este valor foram utilizados os parâmetros anuais de crescimento econômico de 5,62% para 2013 e 3% para os anos seguintes.

Operações de Crédito: os valores projetados levam em conta principalmente a previsão de desembolso dos valores pactuados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – PAF com a Secretaria do Tesouro Nacional. As operações de crédito beneficiarão principalmente as áreas de saneamento, obras de transportes e do Maracanã.

Renata Gomes Rimes de Almeida

Coordenadora da Superintendência de Relações Federativas e Transparência Fiscal

de acordo

George André Palermo Santoro

Subsecretário de Política Fiscal